

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, as 09:30 h no Auditório da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, sito a rua C, esquina com a rua F – Palácio Paiaguás em Cuiabá/MT, ocorreu a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Apresentação da Lei que Dispõe sobre a Administração, Proteção e a Conservação das Águas Subterrâneas de Domínio do Estado e dá Outras Providências, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. A reunião foi presidida pelo Diretor de Recursos Hídricos e membro titular do CEHIDRO o Sr. Edson Nunes e estando presentes na plenária: A Coordenadora Técnica do CEHIDRO a Srª Gabriela Priante, o Sr. Ciro Gomes de Freitas (Titular) representante do Instituto Mato-grossense de Direito e Educação Ambiental – IMADEA, o Sr. Maurício de S. Barros representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS, a Srª Letícia Bertaia (suplente) representante da Secretaria de Estado de Saúde – SES, o Srº Eduardo dos Santos de Oliveira membro da comissão de Poços Tubulares, representante da Federação das Indústrias em Mato Grosso - FIEMT, a Srª Célia R. S. Taques Barros representante do INCRA, o Sr. Patryck de A. Ayala (suplente) representante da Procuradoria Geral do Estado - PGE/MT, o Sr. Pierre Girard (suplente) representante do Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP, o Sr. Adair José de Moraes (suplente) representante da Associação dos Aquicultores em Mato Grosso – AQUAMAT, o Sr. Edson Luis Raia e a Srª Márcia Vandovi representantes da Secretaria de Transportes – SEET, o Sr. José Augusto Ferraz de Lima (titular) representante do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Sr. Serafim Carvalho Melo (suplente) representante da Secretaria de Indústrias, Comércio e Minas de Energia – SICM, a Srª Jane Maria de Souza Santos (titular) representante da REDE Cemat, o Srº Mitri Salah Ayoub (suplente) representante da Associação dos Municípios – AMM, o Sr. Dílson Leal Silva Filho (suplente) representante da Associação Ambientalista, Turística e Empresarial de Cáceres - ASATEC, o Sr. Ivandro Augusto F. da Silva representante da GEOCONSULT, o Sr. Itamar João Tormen (titular) representante da Associação dos Agricultores de Primavera do Leste – AGRIVERA, Lucila Spadoni, a Srª Adelina de Assunção e o Srº Denis Pereira Nardes representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Srº Amado O. Filho (suplente) representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural – SEDER, o Sr.

35 Cláudio J. F. Barreto e a Sr^a Lílían F. de Moura Apoitia representantes da
36 Coordenadoria de Licenciamento e Outorga de Recursos Hídricos da FEMA. A reunião
37 iniciou com a aprovação do plenário da Ata da 1^a Reunião Extraordinária do Conselho
38 Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por todos. Posteriormente, Gabriela
39 Priante apresentou as alterações realizadas pela Comissão de Poços Tubulares em
40 relação à Proposta de Lei das Águas Subterrâneas, a qual foi debatida pelos
41 conselheiros. Na ocasião foi sugerido que o cadastro de águas subterrâneas, seja
42 disponibilizado para os Órgãos de Saneamento das Prefeituras. O Sr. Amado, reforça
43 que as Prefeituras devem ser apenas usuárias das informações de águas subterrâneas. O
44 Sr. Edson explica que a responsabilidade pelo cadastro de águas subterrâneas
45 continuará sendo da FEMA, mas que as prefeituras terão acesso a essas informações,
46 pois estas terão papel fundamental no cadastramento de poços tubulares. O Sr. Serafim
47 Melo propôs que o cadastro seja disponibilizado na internet. O Sr. Amado solicita que
48 fique registrado nesta ata que a SEDER, não aceita o licenciamento de poço para áreas
49 rurais, pois estes usuários não conseguirão cumprir o licenciamento e que a FEMA não
50 tem estrutura para fiscalizar o licenciamento. A Sr^a Célia Barros, menciona que os
51 maiores riscos de contaminação são para os poços com profundidade de 50 m,
52 perfurados por profissionais sem autorização. Ela reforça que o INCRA exige o
53 licenciamento da FEMA, em todos os trabalhos e ações que eles têm realizado. O Sr.
54 Maurício Santana questiona se um poço licenciado, que tem um vizinho cujo poço é
55 apenas cadastrado e se o poço licenciado passar a ter problemas com disponibilidade de
56 água , quem será beneficiado? Quem tem o poço licenciado ou quem tem o poço
57 cadastrado? Pierre reforça que muitos questionamentos ainda não poderão ser
58 respondidos, devido a limitação das informações de águas subterrâneas disponíveis e
59 que a Proposta da Lei (supra citada) é um caminho para que o Estado possa
60 efetivamente consolidar um cadastro de águas subterrâneas. O Sr. Serafim
61 complementa, que a proposta discutida nesta reunião está muito boa. O Sr. Edson
62 relembra que embora o projeto esteja em discussão neste Conselho, a aprovação legal se
63 dará na Assembléia Legislativa, cabendo a nós as sugestões de mudanças na proposta
64 inicial do Deputado Humberto Bosaipo. Após diversas considerações esta proposta de
65 Lei foi aperfeiçoada e aprovada pelo Conselho Pleno e será encaminhada à Assembléia
66 Legislativa para votação. O Sr. Edson Nunes, já finalizando a reunião, menciona que
67 enviará por e-mail uma comunicação a todos os Conselheiros, para que sejam indicados
68 representantes para comporem uma Comissão para discutirem as questões relacionadas

à Irrigação. A próxima reunião ordinária ficou marcada para 14 de outubro de 2003, conforme estabelecido no Regimento Interno. Nada mais havendo para ser discutido ou apresentado o Presidente encerrou a reunião e eu Gabriela Priante lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

MOACIR PIRES DE M. FILHO

Presidente do CEHIDRO

EDSON NUNES

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 10/12/2003.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*